

## PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2025

Institui o Código Municipal de Micromobilidade Urbana de Vitória, cria o Sistema de Micromobilidade Segura – SMSeg e estabelece regras de circulação, segurança, equipamentos obrigatórios, cadastro, penalidades, infraestrutura de apoio e ações integradas ao Programa Bike Legal.

### TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Este Código estabelece normas gerais para a micromobilidade urbana no Município de Vitória e institui o Sistema de Micromobilidade Segura – SMSeg, disciplinando a circulação, o uso, a segurança, a fiscalização, a educação para o trânsito, as infraestruturas de apoio e demais diretrizes aplicáveis aos veículos de micromobilidade.

**Parágrafo único.** A adoção das medidas previstas neste Código dependerá de análise técnica, planejamento urbano e disponibilidade administrativa, preservada a autonomia do Poder Executivo.

**Art. 2º** Para fins deste Código, consideram-se veículos de micromobilidade aqueles de pequeno porte, motorizados ou não, destinados a deslocamentos individuais, incluindo:

- I – bicicletas;
- II – bicicletas elétricas (e-bikes);
- III – patinetes elétricos;
- IV – monociclos elétricos;
- V – hoverboards;
- VI – skates e skates elétricos;
- VII – bicicletas e triciclos de carga (cargo bikes);
- VIII – triciclos elétricos;
- IX – dispositivos de mobilidade assistiva;
- X – outros definidos em regulamento.

## TÍTULO II

### DO CADASTRO MUNICIPAL DE MICROMOBILIDADE

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo autorizado a criar e regulamentar Cadastro Municipal de Micromobilidade, de caráter facultativo e gratuito, com a finalidade de auxiliar na identificação e prevenção de furtos.

**Art. 4º** O cadastro, se implementado, poderá incluir:

- I – dados do proprietário;
- II – número de série;
- III – fotografia atual;
- IV – potência e características técnicas;
- V – QR Code.

**Art. 5º** O Executivo poderá instituir Cadastro Público de Veículos Apreendidos, vinculado ao sistema previsto neste Código.

**Art. 6º** É vedada a cobrança, pelo Município, de taxas ou tarifas destinadas ao uso, circulação, licenciamento ou cadastro de bicicletas, bicicletas elétricas, patinetes elétricos ou demais veículos de micromobilidade de uso individual.

## TÍTULO III

### REGRAS DE CIRCULAÇÃO

**Art. 7º** Os veículos de micromobilidade ficam sujeitos às normas deste Código, ao Código de Trânsito Brasileiro e às demais regulamentações federais, estaduais e municipais aplicáveis.

**Art. 8º** A circulação dos veículos de micromobilidade obedecerá aos seguintes limites:

- I – em ciclovias e ciclofaixas: conforme sinalização e regulamentação específica;
- II – em vias compartilhadas com veículos automotores: até 20 km/h;
- III – em calçadas compartilhadas: até 6 km/h;
- IV – nos demais locais: até 32 km/h;
- V – em calçadas comuns: vedada, salvo situações excepcionais de segurança, devidamente justificadas.

**Parágrafo único.** O Município poderá instituir:

- I – Zonas de Atenção ao Ciclista;
- II – Zonas de Velocidade Reduzida;

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788 – Bento Ferreira,  
Vitória - ES, 29050-940, (27) 9 9908-7376 | 3334-4555

VEREADOR DE VITÓRIA  
**AYLTON DADALTO**

- III – Corredores de Micromobilidade;
- IV – Áreas exclusivas de convivência.

**Art. 9º** Os veículos de micromobilidade devem conter, no mínimo:

- I – indicador e/ou dispositivo limitador eletrônico de velocidade;
- II – campainha;
- III – sinalização noturna dianteira, traseira e lateral incorporada ao equipamento.

**§1º** As bicicletas elétricas, fabricadas ou adaptadas, além dos requisitos previstos nos incisos I a III, devem conter:

- IV – sinalização noturna nos pedais;
- V – espelho retrovisor do lado esquerdo;
- VI – pneus em condições mínimas de segurança.

**§2º** É obrigatório o uso de capacete por todos os condutores de veículos elétricos.

**Art. 10** O uso de fones de ouvido é permitido, desde que não comprometa a percepção do ambiente externo.

**§1º** É proibido:

- I – utilizar fones com cancelamento ativo de ruído ou isolamento total;
- II – ouvir áudio em volume que impeça a percepção de alertas sonoros;
- III – usar fones em ambos os ouvidos em áreas de risco previamente definidas;
- IV – praticar qualquer uso que reduza a capacidade de reação do condutor.

**§2º** O Município poderá definir parâmetros técnicos de volume máximo seguro.

**§3º** A fiscalização considerará o comportamento do usuário, não presumindo infração pelo simples uso dos fones.

**Art. 11** É proibido:

- I – trafegar acima da velocidade regulamentada;
- II – realizar zigue-zague, manobras arriscadas ou “rachas”;
- III – transportar passageiro quando o veículo não for projetado para tal;
- IV – conduzir veículo adulterado.

**Art. 12** A circulação dos veículos de micromobilidade observará os seguintes requisitos etários:

- I – uso permitido para todas as idades:

1. bicicletas convencionais;
2. equipamentos autopropelidos de menor porte e operação simples, como patinetes elétricos, hoverboards e skates elétricos.

II – uso permitido a partir de 16 anos:

1. bicicletas elétricas (e-bikes) e similares, conforme limites de potência e velocidade.

**Parágrafo único.** A fiscalização avaliará o tipo de veículo, seu modo de propulsão e os limites de potência e velocidade definidos na regulamentação.

## TÍTULO IV DOS MODAIS ESPECIAIS

### Seção I

Dos Equipamentos de Mobilidade Individual Autopropelidos - EMIA

**Art. 13** Consideram-se EMIA os dispositivos com motor elétrico de potência máxima de 1000W, velocidade limitada a 32 km/h, tais como patinetes elétricos, monociclos elétricos, hoverboards e similares.

**Art. 14** A circulação dos EMIA observará:

- I – velocidade máxima de 25 km/h em ciclovias e ciclofaixas;
- II – circulação em calçadas compartilhadas limitada à velocidade máxima de 6 km/h;
- III – vedação de circulação em vias de trânsito rápido ou com limite superior a 40 km/h;
- IV – uso de equipamentos de segurança e sinalização luminosa.

**Art. 15** O estacionamento dos EMIA é permitido em áreas designadas, sendo vedada qualquer obstrução à circulação de pedestres, rampas de acesso, faixas de travessia ou ao uso de mobiliário urbano.

### Seção II

Das Bicicletas Elétricas e similares

**Art. 16** Consideram-se bicicletas elétricas aquelas com motor auxiliar de até 1000 W, cuja propulsão dependa de pedal e cuja velocidade máxima assistida seja limitada a 32 km/h.

**Art. 17** As bicicletas elétricas e similares poderão:

- I – circular em ciclovias, ciclofaixas e demais rotas cicláveis, entendidas como vias, trechos ou percursos sinalizados pelo Município para a circulação de bicicletas e veículos de micromobilidade;
- II – transportar cargas dentro dos limites técnicos definidos em regulamentação municipal;

## TÍTULO V

### FISCALIZAÇÃO, RESPONSABILIZAÇÃO E PENALIDADES

**Art. 18** É proibida a adulteração de veículos de micromobilidade, compreendendo, entre outras práticas, o aumento indevido de potência, a substituição irregular de baterias, a supressão de limitadores de velocidade e a instalação de motores não homologados.

**Art. 19** É vedado aos estabelecimentos:

- I – adulterar veículos ou comercializar, manter em estoque ou expor à venda veículos adulterados;
- II – realizar serviços ou intervenções técnicas não autorizadas ou incompatíveis com as normas de segurança;
- III – omitir informações técnicas relevantes sobre condições, especificações ou regularidade do veículo.

**Art. 20** As infrações previstas neste Código classificam-se em:

- I – leves, punidas com multa no valor de R\$ 88,38;
- II – médias, punidas com multa no valor de R\$ 130,16;
- III – graves, punidas com multa no valor de R\$ 195,23;
- IV – gravíssimas, punidas com multa no valor de R\$ 293,47.

**§1º** Os valores previstos nos incisos deste artigo poderão ser atualizados pelo Poder Executivo.

**§2º** Na ausência de regulamentação específica, poderão ser utilizados, como referência de atualização, os índices aplicados às multas do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997).

## TÍTULO VI

### EDUCAÇÃO PARA MICROMOBILIDADE – PROGRAMA BIKE LEGAL

**Art. 21** O Programa Bike Legal, já existente no Município, passa a integrar o presente Código como política de educação, orientação e promoção da segurança na

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788 – Bento Ferreira,  
Vitória - ES, 29050-940, (27) 9 9908-7376 | 3334-4555

VEREADOR DE VITÓRIA  
**AYLTON DADALTO**

micromobilidade urbana, atuando em articulação com o Sistema de Micromobilidade Segura – SMSeg.

**Art. 22** O Bike Legal poderá desenvolver ações educativas, material informativo, campanhas públicas, certificação voluntária de usuários e conteúdos formativos digitais.

**Art. 23** Fica instituído o Curso Municipal de Micromobilidade Segura, destinado à formação de usuários de bicicletas, bicicletas elétricas e demais dispositivos de micromobilidade, com foco em segurança, boa convivência e circulação responsável no espaço urbano.

**§1º** O curso terá caráter educativo e orientativo, podendo ser oferecido prioritariamente em formato online, com acesso gratuito ao público.

**§2º** A estrutura do curso poderá ser modular, permitindo certificação por etapas, incluindo conteúdos como:

- I – regras de circulação e convivência com pedestres e veículos;
- II – limites de velocidade, uso adequado de ciclovias, ciclofaixas e áreas compartilhadas;
- III – sinalização urbana aplicada à micromobilidade;
- IV – equipamentos obrigatórios e boas práticas de segurança, com destaque para o capacete;
- V – noções de manutenção básica, autonomia de bateria e cuidados com e-bikes;
- VI – conduta preventiva em cruzamentos, travessias e vias de alto fluxo;
- VII – orientações específicas para entregadores e uso profissional, quando aplicável.

**§3º** A certificação será opcional e poderá ser vinculada ao cadastro voluntário do usuário no Programa Bike Legal.

**§4º** O Executivo poderá disponibilizar trilhas educativas presenciais ou itinerantes em escolas, parques, orlas e espaços públicos, conforme viabilidade técnica.

**Art. 24** Usuários que concluírem cursos ou capacitações vinculadas ao Bike Legal poderão receber:

- I – Selo Mobilidade Segura;
- II – Selo Mobilidade Ouro, para quem possuir cadastro ativo e equipamentos obrigatórios.

## **TÍTULO VII**

### **INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO URBANO**

#### **Seção I**

##### **Das Áreas de Circulação com Atenção e Mobilidade Amigável – A-CALMA**

**Art. 25** Ficam instituídas as Áreas de Circulação com Atenção e Mobilidade Amigável – A-CALMA, definidas como trechos urbanos onde se recomenda velocidade reduzida e atenção reforçada, visando à convivência segura e harmônica entre pedestres, ciclistas e demais usuários.

**§1º** As A-CALMA poderão ser aplicadas em locais de grande circulação de pedestres, áreas escolares, parques, praças, orlas, travessias e demais trechos classificados como sensíveis.

**§2º** Poderão contar com sinalização própria, pintura diferenciada, pictogramas, mensagens visuais e placas de alerta.

**§3º** A implantação das A-CALMA será facultativa e dependerá de análise técnica.

**Art. 26** Poderão ser adotadas medidas de orientação e organização da circulação nas A-CALMA, dentre outras:

- I – marcações no solo com mensagens educativas e de velocidade reduzida;
- II – sinalização indicando prioridade do pedestre;
- III – implantação de linhas de atenção antes de travessias;
- IV – pequenos totens informativos;
- V – pictogramas, setas e faixas de atenção em pontos críticos;
- VI – QR Codes com mapas, rotas e orientações sobre as A-CALMA;
- VII – melhoria da iluminação pública em trechos sensíveis.

**Art. 27** O Município poderá identificar e mapear trechos com maior risco para pedestres e ciclistas, priorizando nesses locais ações de orientação, sinalização e implantação de A-CALMA.

#### **Seção II**

##### **Da Infraestrutura e da Sinalização Geral**

**Art. 28** O Município poderá ampliar ou ajustar a sinalização relacionada à circulação de bicicletas elétricas e demais veículos de micromobilidade, priorizando:

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788 – Bento Ferreira,  
Vitória - ES, 29050-940, (27) 9 9908-7376 | 3334-4555

VEREADOR DE VITÓRIA  
**AYLTON DADALTO**

- I – trechos com maior circulação de pedestres;
- II – travessias e pontos com visibilidade reduzida;
- III – áreas de lazer, parques e orlas;
- IV – corredores de maior fluxo;

**Art. 29** Poderão ser criadas áreas de apoio e estruturas complementares, dentre outras:

- I – pequenas áreas de descanso ou apoio ao ciclista;
- II – pontos de parada segura para entregadores;
- III – bicicletários e patinetários;
- IV – estações de apoio com bomba de ar, bebedouro e carregamento.

## **TÍTULO VIII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 30** O Executivo poderá regulamentar este Código.

**Art. 31** Revogam-se as disposições em contrário.

Vitória/ES, Palácio Atílio Vivacqua, 15 de dezembro de 2025.

**Aylton Dadalto**  
Vereador – Republicanos

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788 – Bento Ferreira,  
Vitória - ES, 29050-940, (27) 9 9908-7376 | 3334-4555

VEREADOR DE VITÓRIA  
**AYLTON DADALTO**



## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei institui o Código Municipal de Micromobilidade Urbana de Vitória, estabelece o Sistema de Micromobilidade Segura – SMSeg, disciplina regras de circulação e segurança e integra diretrizes educativas ao Programa Bike Legal, com o objetivo de aprimorar a convivência entre pedestres, ciclistas, usuários de dispositivos elétricos e motoristas.

A expansão do uso de bicicletas elétricas, patinetes, monociclos e demais veículos de micromobilidade tem se intensificado em Vitória, especialmente em rotas de lazer, corredores de maior fluxo e trajetos utilizados por entregadores. Esse crescimento, embora positivo para a sustentabilidade e para a mobilidade urbana, trouxe novos desafios de ordenamento e segurança, como conflitos em travessias, circulação em áreas sensíveis e velocidade inadequada em espaços compartilhados.

O projeto organiza essas questões de forma sistemática, criando parâmetros claros sobre circulação, limites de velocidade, equipamentos obrigatórios, sinalização, fiscalização, cadastro voluntário de micromobilidade e penalidades proporcionais. Ao mesmo tempo, preserva-se a autonomia administrativa do Poder Executivo, que poderá implementar as ações conforme análise técnica e viabilidade.

A matéria também se articula ao Programa Bike Legal, incorporando práticas educativas, certificações voluntárias, campanhas temáticas e conteúdo formativo digital. Nesse contexto, destaca-se a criação do **Curso Municipal de Micromobilidade Segura**, que poderá funcionar prioritariamente em formato online, com foco em orientações práticas, convivência responsável e noções de segurança aplicadas ao uso diário dos veículos de micromobilidade.

Outro eixo relevante do projeto é a instituição das **Áreas de Circulação com Atenção e Mobilidade Amigável – A-CALMA**, concebidas como trechos urbanos de velocidade reduzida e atenção reforçada, com sinalização própria, pictogramas, mensagens visuais, orientações por QR Code e melhorias de iluminação em pontos sensíveis. Essas áreas serão facultativas e dependerão de avaliação técnica, permitindo intervenções simples, preventivas e de baixo custo que reforçam a convivência segura.

Além disso, o projeto prevê ações complementares de infraestrutura, como áreas de apoio, pontos de parada segura para entregadores, bicicletários, patinetários, totens informativos e sinalização preventiva em travessias e locais de maior risco.

Trata-se de iniciativa moderna, alinhada às tendências de mobilidade sustentável e capaz de estruturar, de forma integrada, regras, prevenção, educação, infraestrutura e ferramentas práticas para melhorar o dia a dia de quem convive com a micromobilidade em Vitória.

Pelas razões expostas, considera-se que o projeto contribui para uma cidade mais segura, inclusiva e preparada para os desafios atuais da mobilidade urbana.

Vitória/ES, Palácio Atilio Vivacqua, 15 de dezembro de 2025.

**Aylton Dadalto**  
Vereador – Republicanos

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788 – Bento Ferreira,  
Vitória - ES, 29050-940, (27) 9 9908-7376 | 3334-4555

VEREADOR DE VITÓRIA  
**AYLTON DADALTO**

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3300330032003900340036003A005000

Assinado eletronicamente por **Aylton Trancoso Dadalto** em 15/12/2025 13:05

Checksum: **8B31B3776EC6C566B07C33A586E1BDF44BD983E0F6218F1F5413578010DD7DDF**